

rios, porque personalíssimos e por vezes extremadíssimos, consideradas as condições da época, tornando-se verdadeiros órgãos de xingamento, destinados a expor ao ridículo ou a atemorizar personagens do outro lado. Essa tendência personalista transparecia às vezes no próprio título do pasquim: *O Andradista*, *O Evaristo*, *O D. Pedro II* e muitos outros. Assumiam, em casos diversos, a feição de órgãos de cura, destinados a sanar enfermidades do meio ou de determinadas figuras, e se intitulavam, então, *O Hospital Fluminense*, *O Médico dos Malucos*, *O Enfermeiro dos Doidos*. Apareciam também com feição teatral, com os curiosos diálogos em que os interlocutores ficavam disfarçados em apelidos quase sempre grotescos ou em transparentes anagramas, dizendo as coisas mais torpes. João Batista de Queiroz lançou, em 1833, um pasquim desse tipo, *O Teatrinho do Senhor Severo*. O uso de versos, muito comum nas epígrafes, era também vulgar nos textos, quando apareciam, no jogo das rimas — claro que a poesia ficava ausente — explorações atrozes, difamações ostensivas. E tudo isso, no fim de contas, não contribuía diretamente para o lucro dos autores: o pasquim não tinha sentido comercial; sua venda não se destinava ao sustento do redator. Não eram fim — eram apenas meio de ação, e dos mais terríveis.

Um dos traços mais destacados na corrente nacional do pasquim foi, sem dúvida, o jacobinismo, ligado não apenas ao problema do comércio — com a reivindicação, reiterada e veemente, de sua reserva aos nascidos no país — mas ao problema político em que se jogou a sorte da dinastia, a posição de que era acusado o primeiro imperador, de estar a serviço dos portugueses e não dos brasileiros. Na fase que se seguiu à Independência, realmente, o sentimento antiluso era generalizado e perfeitamente compreensível. Tornou-se, ao longo dos anos, fundamento de lutas políticas acérrimas, de que a violência não esteve ausente. A aversão aos lusos atingiu tal extremo, e por justas razões no tempo, que, por proposta de Muniz Tavares, o padre revolucionário de 1817, depois historiador da rebelião pernambucana, deveriam os portugueses ser expulsos do Brasil. O projeto, apresentado à Assembléia Geral, não logrou aprovação, é certo, mas o fato de ter sido proposto e discutido, e o local onde o foi, mostram como representou sintoma do estado de ânimo dos brasileiros a respeito do problema. Esse estado de ânimo, traduzido no ardente jacobinismo que se prolongou por muitos anos e esteve presente em quase todas as rebeliões daquela fase histórica, refletiu-se na imprensa, e particularmente no pasquim, sempre pronto a indicar o grau das paixões da época. Pasquins como *O Meia Cara* e *O Papeleta* traduziam a situação dos portugueses aqui. Dizia-se *papeleta* o português que, fugindo à naturalização forçada pela Carta de 1824, conservava a nacionalidade de origem, mediante documento fornecido pela